

Contabilidade Pública



Patrimônio e Variações Patrimoniais.



Procedimentos Contábeis Patrimoniais

- Apresenta o conjunto de conceitos, regras e procedimentos relativos aos atos e fatos patrimoniais e seu relacionamento com a Contabilidade Aplicada ao Setor Público
- Harmonização dos padrões a serem observados pela Administração Pública no que se refere às variações patrimoniais, classificações, destinações e registros, para permitir a evidenciação e a consolidação das contas públicas nacionais.

Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Enfoque patrimonial da contabilidade compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público (arts. 85, 89, 100 e 104 da **Lei nº 4.320/1964**).

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.



Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Enfoque patrimonial da contabilidade compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público (arts. 85, 89, 100 e 104 da **Lei nº 4.320/1964**).

Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial.



Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Enfoque patrimonial da contabilidade compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público (arts. 85, 89, 100 e 104 da **Lei nº 4.320/1964**).

Art. 100 As alterações da situação líquida patrimonial, que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações independentes dessa execução e as superveniências e insubsistência ativas e passivas, constituirão elementos da conta patrimonial.



Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Enfoque patrimonial da contabilidade compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público (arts. 85, 89, 100 e 104 da **Lei nº 4.320/1964**).

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Os conceitos de ativo e passivo identificam os seus aspectos essenciais, mas não especificam os critérios para seu reconhecimento. Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal.

A classificação do ativo e do passivo considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, conforme disposto na NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis²⁹.

Os elementos definidos na NBC TSP – Estrutura Conceitual são:

- a. Ativo;
- b. Passivo;
- c. Receita (neste Manual, denominar-se-á Variação Patrimonial Aumentativa)
- d. Despesa (neste Manual, denominar-se-á Variação Patrimonial Diminutiva)
- e. Contribuição dos proprietários;
- f. Distribuição aos proprietários.



Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A classificação do ativo e do passivo considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, conforme disposto na NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis.



Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Os elementos definidos na NBC TSP – Estrutura Conceitual são:

- a. Ativo;
- b. Passivo;
- c. Receita (neste Manual, denominar-se-á Variação Patrimonial Aumentativa)
- d. Despesa (neste Manual, denominar-se-á Variação Patrimonial Diminutiva)
- e. Contribuição dos proprietários;
- f. Distribuição aos proprietários.



ATIVO

Definição de Ativo

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Recursos

Recurso é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos. A forma física não é uma condição necessária para um recurso. O potencial de serviços ou a capacidade de gerar benefícios econômicos podem surgir diretamente do próprio recurso ou dos direitos de sua utilização. Alguns recursos incluem os direitos da entidade a uma série de benefícios, inclusive, por exemplo, o direito a:

Recursos

Alguns recursos incluem os direitos da entidade a uma série de benefícios, inclusive, por exemplo, o direito a:

- a. Utilizar o recurso para a prestação de serviços (inclusive bens);
- b. Utilizar os recursos de terceiros para prestar serviços como, por exemplo, arrendamento mercantil;
- c. Converter o recurso em caixa por meio da sua alienação;
- d. Beneficiar-se da valorização do recurso; ou
- e. Receber fluxos de caixa.

Controlado no presente pela entidade

O controle do recurso envolve a capacidade da entidade em utilizar o recurso (ou controlar o uso por terceiros) de modo que haja a geração do potencial de serviços ou dos benefícios econômicos originados do recurso para o cumprimento dos seus objetivos de prestação de serviços, entre outros.



Controlado no presente pela entidade

Para avaliar se a entidade controla o recurso no presente, deve ser observada a existência dos seguintes indicadores de controle:

- a. Propriedade legal;
- b. Acesso ao recurso ou a capacidade de negar ou restringir o acesso a esses;
- c. Meios que assegurem que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos; ou
- d. A existência de direito legítimo ao potencial de serviços ou à capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos do recurso.

Controlado no presente pela entidade

A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, mas é um indicador de controle.

Por exemplo, os direitos ao potencial de serviços ou à capacidade de gerar benefícios econômicos são verificados por meio da manutenção e utilização de equipamento arrendado (por arrendamento mercantil financeiro) sem que haja a propriedade legal.

Evento passado

A definição de ativo exige que o recurso controlado pela entidade no presente tenha surgido de um evento passado, por meio de transação com ou sem contraprestação.

Exemplos: compra de ativos por meio de uma transação comercial (com contraprestação) ou emissão de licenças para bandas de frequência de transmissões de telecomunicações (sem contraprestação).

Reconhecimento e Desreconhecimento do Ativo

Um ativo deve ser reconhecido quando:

- a. Satisfizer a definição de ativo; e
- b. Puder ser mensurado de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação contábil.

Também são reconhecidos no ativo os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro. São exemplos destes depósitos as cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, como os para garantia de recursos.



Reconhecimento e Desreconhecimento do Ativo

O desreconhecimento é o processo de avaliar se ocorreram mudanças, desde a data do relatório anterior, que justifiquem a remoção de elemento que tenha sido previamente reconhecido nas demonstrações contábeis, bem como remover esse item se tais mudanças ocorrerem.

O reconhecimento do ativo envolve a avaliação da incerteza relacionada à existência e à mensuração do elemento. As condições que dão origem à incerteza, se existirem, podem mudar.

Portanto, é importante que a incerteza seja avaliada em cada data da demonstração contábil.

Ativo Circulante e Não Circulante

Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a. Estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b. Tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes



Ativo Financeiro e Permanente

No Balanço Patrimonial, o ativo é classificado em ativo financeiro e ativo permanente (não financeiro) conforme o art. 105 da Lei nº 4.320/1964:

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

PASSIVO

Definição de Passivo

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.



PASSIVO

Obrigação Presente

Uma característica essencial para a existência de um passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente. Obrigação presente é aquela que ocorre por força de lei (obrigação legal ou obrigação legalmente vinculada) ou não (obrigação não legalmente vinculada), a qual não possa ser evitada pela entidade.

PASSIVO

Saída de recursos da entidade

Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser extinto. A obrigação que pode ser extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo. Por exemplo, perdão de dívidas.

PASSIVO

Evento passado

Para satisfazer a definição de passivo, é necessário que a obrigação presente surja como resultado de um evento passado e necessite da saída de recursos da entidade para ser extinta.

PASSIVO

- A obrigação deve estar relacionada a um terceiro para poder gerar um passivo. A identificação de terceiros é uma indicação da existência de obrigação que dá origem a um passivo.
- Entretanto, não é essencial saber a identidade dos terceiros antes da época da extinção do passivo para que a obrigação presente exista

PASSIVO

- A existência de prazo de extinção pode fornecer uma indicação de que a obrigação envolve a saída de recursos e origina um passivo. Entretanto, existem muitos contratos ou acordos que não preveem prazos para extinção da obrigação. A ausência de tais prazos não impede que a obrigação origine um passivo.

Reconhecimento e Desreconhecimento do Passivo

- Um passivo deve ser reconhecido quando:
 - a. Satisfizer a definição de passivo; e
 - b. Puder ser mensurado de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação contábil.

Importante: Do ponto de vista patrimonial, as obrigações em que o fato gerador não tenha ocorrido (por exemplo, obrigações decorrentes de pedidos de compra de produtos e mercadorias, mas ainda não recebidos) não são geralmente reconhecidas como passivos nas demonstrações contábeis.



Reconhecimento e Desreconhecimento do Passivo

- Também são reconhecidos no passivo, pois se caracterizam como obrigações para com terceiros, os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro. São exemplos destes depósitos as cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, como os para garantia de recursos.

Passivo Circulante e Não Circulante

- Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.



Passivo Financeiro e Permanente

- No Balanço Patrimonial, o passivo é classificado em passivo financeiro e passivo permanente (não financeiro) conforme o art. 105 da Lei nº 4.320/1964:

§3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.

§4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.



Dívida Flutuante

- Art. 92. A dívida **flutuante** compreende:
 - I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
 - II - os serviços da dívida a pagar;
 - III - os depósitos;
 - IV - os débitos de tesouraria.

Dívida Fundada

- Art. 98. A **dívida fundada** compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.



Relação entre Passivo Exigível (Visão Patrimonial) e as Etapas da Execução Orçamentária (Visão Orçamentária) da Fundada

Passivo Exigível X Empenho

- Segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- Quando a lei utiliza a palavra “obrigação”, ela não se refere à obrigação patrimonial (passivo exigível), pois uma obrigação patrimonial é caracterizada por um fato gerador já ocorrido, ou, conforme a lei, por uma condição já implementada.



Relação entre Passivo Exigível (Visão Patrimonial) e as Etapas da Execução Orçamentária (Visão Orçamentária) da Fundada

Passivo Exigível X Empenho

- A Lei nº 4.320/1964 refere-se ao comprometimento de recurso financeiro da entidade governamental que fez o empenho, ou seja, uma obrigação financeira para fins de cálculo do superávit financeiro, fonte da abertura de créditos adicionais nos exercícios seguintes. Por outro lado, o registro da obrigação patrimonial independe da execução orçamentária.

Relação entre Passivo Exigível (Visão Patrimonial) e as Etapas da Execução Orçamentária (Visão Orçamentária) da Fundada

Passivo Exigível X Liquidação

- Segundo o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, ou seja, é a verificação de um passivo exigível já existente.



Relação entre Passivo Exigível (Visão Patrimonial) e as Etapas da Execução Orçamentária (Visão Orçamentária) da Fundada

Passivo Exigível X Pagamento

- O pagamento consiste na efetiva saída do recurso financeiro que ocasionará a baixa de um passivo exigível existente.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (OU SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA)

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

Integram o patrimônio líquido: patrimônio ou capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, demais reservas, ações em tesouraria, resultados acumulados e outros desdobramentos



PATRIMÔNIO LÍQUIDO (OU SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA)

No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

É importante distinguir os conceitos de VPA e VPD dos conceitos de distribuição aos proprietários e contribuição dos proprietários, inclusive as entradas que estabelecem inicialmente suas participações na entidade.



PATRIMÔNIO LÍQUIDO (OU SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA)

Contribuição dos proprietários corresponde a entrada de recursos para a entidade a título de contribuição de partes externas, o que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.

Exemplos: o aporte inicial de recursos na criação da entidade ou o aporte de recursos subsequentes, inclusive quando da reestruturação

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (OU SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA)

Distribuição aos proprietários corresponde a saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade. Exemplos: o retorno sobre investimento ou, no caso da extinção ou reestruturação da entidade, o retorno de qualquer recurso residual.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS E DIMINUTIVAS

Definição de Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS E DIMINUTIVAS

Definição de Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

Essas variações patrimoniais podem ser definidas como:

- a. Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA): corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários;
- b. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD): corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS E DIMINUTIVAS

Para fins deste Manual, a receita sob o enfoque patrimonial será denominada de variação patrimonial aumentativa (VPA) e a despesa sob o enfoque patrimonial será denominada de variação patrimonial diminutiva (VPD). Ambas não devem ser confundidas com a receita e a despesa orçamentária, que são abordadas na Parte I do MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Reconhecimento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

Considera-se realizada a variação patrimonial aumentativa (VPA):

- a. Nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados;
- b. Quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;
- c. Pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;
- d. No recebimento efetivo de doações e subvenções.



Reconhecimento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

Considera-se realizada a variação patrimonial diminutiva (VPD):

- a. Quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;
- b. Diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;
- c. Pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

Reconhecimento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

- O reconhecimento da variação patrimonial pode ocorrer em três momentos: para a variação patrimonial aumentativa, antes, depois ou no momento da arrecadação da receita orçamentária e para a variação patrimonial diminutiva, antes, depois ou no momento da liquidação da despesa orçamentária.



RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das VPA e o valor total das VPD, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais do período.

Caso o total das VPA sejam superiores ao total das VPD, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

Questões

Patrimônio e Variações Patrimoniais.



Questão 1: FGV - TSE (DPE RJ)/DPE RJ/Ciências Contábeis/2019

Assunto: Patrimônio Público

Na classificação de ativos e passivos no Balanço Patrimonial, o critério relacionado à dependência ou não de autorização orçamentária para movimentação de tais elementos gera as categorias:

- a) circulante e permanente;
- b) financeiro e permanente;
- c) orçamentário e extraorçamentário;
- d) originária e derivada;
- e) variações aumentativas e variações diminutivas.



Questão 2: FGV - Ana (IBGE)/IBGE/Ciências Contábeis/2016

Segundo as disposições da NBC T 16.2, que trata de Patrimônio e Sistemas Contábeis, uma das classificações do patrimônio público sob o enfoque contábil é:

- a) circulante e não circulante;
- b) exigível e realizável;
- c) financeiro e permanente;
- d) orçamentário e extraorçamentário;
- e) real e compensado.



Questão 3: FGV - Ana Adm (PROCEMPA)/PROCEMPA/Contador/2014

Em relação ao Patrimônio Público, assinale a afirmativa correta, de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade.

- a) É estruturado em dois grupos: ativos e passivos.
- b) A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base na tangibilidade.
- c) Os passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- d) Os ativos devem ser classificados como circulante quando estiverem disponíveis para realização imediata ou quando tiverem a expectativa de realização até o término do exercício social atual.
- e) Os passivos devem ser classificados como circulante quando corresponderem a valores exigíveis até o término do exercício social atual ou quando corresponderem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, se a entidade do setor público for a fiel depositárias

Questão 4: FGV - GCIL (CM Recife)/CM Recife/2014

Para fins de elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais, decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recurso ou redução de ativo ou incremento em passivo, que resultem em decréscimos do patrimônio líquido referem-se ao conceito de:

- a) despesas correntes;
- b) desvalorização e perda de ativos;
- c) mutações patrimoniais;
- d) transferências concedidas;
- e) variações patrimoniais diminutivas.

Questão 5: FGV - TSE (DPE RJ)/DPE RJ/Ciências Contábeis/2019

Durante o exercício financeiro, diversos eventos são registrados pela contabilidade, os quais podem ou não ter efeito no patrimônio da entidade e, no caso das entidades públicas, grande parte desses eventos está relacionada a execução orçamentária.

Um evento que, ao mesmo tempo, afeta quantitativamente o patrimônio líquido e resulta da execução orçamentária é:

- a) aquisição de material permanente;
- b) atualização monetária de passivo;
- c) depreciação de ativos imobilizados;
- d) despesa com pagamento de horas extras;
- e) perda de equipamentos por incêndio.

Questão 6: FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Financeira/Registros Contábeis e Orçamento, e Registros Contábeis, Liquidação, Financeiro/2018

A despesa com o 13º salário dos funcionários da Prefeitura de Montes de Alagoas deve ser reconhecida:

- a) no último mês do ano, representando uma variação patrimonial diminutiva;
- b) a cada mês trabalhado, representando uma variação patrimonial aumentativa;
- c) no penúltimo mês trabalhado, representando uma variação patrimonial aumentativa;
- d) a cada mês trabalhado, representando uma variação patrimonial diminutiva;
- e) no penúltimo mês do ano, representando uma variação patrimonial diminutiva.

Questão 7: FGV - AnaLM (CM Salvador)/CM Salvador/Financeira/Registros Contábeis e Orçamento, e Registros Contábeis, Liquidação, Financeiro/2018

No momento da arrecadação de impostos é realizado o lançamento a seguir, o qual demonstra uma informação de natureza patrimonial.

- D 1.1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
C 1.1.2.1 Créditos Tributários a Receber (P)

Esse lançamento representa o seguinte fato contábil:

- a) modificativo aumentativo;
- b) permutativo;
- c) modificativo diminutivo;
- d) misto aumentativo;
- e) misto diminutivo.

Questão 8: FGV - AMCI (CGM Niterói)/Pref Niterói/Auditoria Governamental/2018

Assunto: Variações Patrimoniais

Entre as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está a Demonstração das Variações Patrimoniais.

As Variações Patrimoniais podem ser classificadas como

- a) qualitativas e quantitativas.
- b) diretas e indiretas.
- c) monetárias e não monetárias.
- d) correntes e de capital.
- e) orçamentárias e extraorçamentárias.



Questão 9: FGV - Ana (IBGE)/IBGE/Ciências Contábeis/2016

Assunto: Variações Patrimoniais

A NBC T 16.4 estabelece conceitos, natureza e tipicidades das transações no setor público. De acordo com as disposições dessa norma, é correto afirmar que:

- a) as transações no setor público podem ser classificadas como de natureza econômica ou financeira;
- b) as transações no setor público se restringem aos atos que promovem alterações quantitativas no patrimônio das entidades públicas;
- c) as transações que envolvem valores de terceiros devem ser demonstradas de forma consolidada;
- d) as transações que envolvem valores de terceiros são aquelas que não afetam o patrimônio líquido da entidade;
- e) os atos potenciais não são objetivo de registro como transações no setor público.



Questão 10: FGV - AJ (TJ RO)/TJ RO/Contador/2015

As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. Sua adequada contabilização é importante para evidenciar a composição do patrimônio público, conforme requerido pelo art. 85 da Lei nº 4.320/1964. A alternativa que apresenta, respectivamente, exemplos de variações qualitativas e quantitativas é:

- a) aquisição de veículo e contratação de empréstimos;
- b) amortização de empréstimos e pagamento de juros;
- c) consumo de materiais em estoque e aquisição de máquinas;
- d) contratação de empréstimos e contratação de seguros de veículos;
- e) recebimento efetivo de doações e aquisição de materiais para estoque.

Questão 11: FGV - AJ (TJ BA)/TJ BA/Apoio Especializado/Contabilidade/2015

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando, ou não, o seu resultado. O item que apresenta apenas variações patrimoniais quantitativas é:

- a) amortização de operações de crédito e despesa com serviços de terceiros;
- b) aquisição de móveis e utensílios e pagamento de restos a pagar;
- c) arrecadação de receita de dívida ativa e pagamento de restos a pagar;
- d) arrecadação de receitas tributárias e despesas com pessoal;
- e) recebimento de depósitos em garantia e pagamento de juros e encargos.

Questão 12: FGV - AJ (TJ BA)/TJ BA/Apoio Especializado/Contabilidade/2015

Assunto: Variações Patrimoniais

Uma entidade previu a arrecadação de um determinado tributo no exercício de 20x4, no total de R\$ 28 milhões. Durante o exercício, foi efetuado o lançamento de R\$ 26,5 milhões, que resultou em R\$ 25 milhões arrecadados e R\$ 24,5 milhões recolhidos. Sob o enfoque patrimonial, a contabilidade deverá reconhecer como variação patrimonial aumentativa o montante de:

- a) R\$ 26,5;
- b) R\$ 25;
- c) R\$ 24;
- d) R\$ 3,5;
- e) R\$ 2.



Questão 13: FGV - Tec Proc (PGE RO)/PGE RO/Contabilidade/2015

No curso normal das operações, uma entidade pública pode receber recursos antes da ocorrência de um evento tributável. Em tais circunstâncias, um passivo referente ao montante equivalente àquele do recebimento antecipado é reconhecido até que o evento tributável ocorra, configurando:

- a) uma variação patrimonial aumentativa;
- b) um fato permutativo;
- c) uma variação patrimonial diminutiva;
- d) um fato misto;
- e) uma variação patrimonial qualitativa.

Questão 14: FGV - AJ (TJ PI)/TJ PI/Apoio Especializado/Auditor/2015

Sobre as Variações Patrimoniais apresentadas no MCASP, que representam as transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, é correto afirmar que:

- a) a aquisição de um veículo e a contratação de uma operação de crédito representam Variações Patrimoniais Quantitativas;
- b) o surgimento de um passivo, sem um correspondente ativo, enseja o reconhecimento de uma Variação Patrimonial Qualitativa;
- c) pela promessa de recebimento de doação de um imóvel, deve haver o reconhecimento de uma Variação Patrimonial Aumentativa;
- d) em função do 13º salário a ser pago ao final do ano, deve ser reconhecida a cada mês trabalhado uma Variação Patrimonial Diminutiva;
- e) o fato gerador do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) **ocorre no inicio do exercício**, devendo a Variação Patrimonial Aumentativa ser reconhecida quando de sua arrecadação.

Questão 15: FGV - AJ (TJ PI)/TJ PI/Apoio Especializado/Contador/2015

As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais das entidades do setor público e podem ter natureza qualitativa ou quantitativa. As variações patrimoniais qualitativas:

- a) contribuem para a apuração do resultado patrimonial;
- b) decorrem apenas de transações que envolvem receitas e despesas;
- c) podem aumentar ou diminuir o patrimônio líquido;
- d) possuem caráter exclusivamente compensatório;
- e) resultam invariavelmente da execução orçamentária.